



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO

EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0601/07	DATA: 16/5/2007
INÍCIO: 14h34min	TÉRMINO: 16h09min	DURAÇÃO: 01h35min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h35min	PÁGINAS: 48	QUARTOS: 20

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos.

--

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.
Há intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.
Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

--



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Havendo número regimental, declaro aberta a quinta reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, as conseqüências e os responsáveis pela crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro, desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800, da GOL, voo nº 1907, e um jato Legacy, da empresa americana ExcelAir, com mais de uma centena de vítimas.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da quarta reunião.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Solicito a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do nobre Deputado Eduardo Cunha.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Sras. e Srs. Deputados, nós vamos votar hoje, conforme acordado aqui, às quartas-feiras, os requerimentos de informação, de audiências, de diligências, basicamente. Então, para isso, nós vamos utilizar o mesmo critério da reunião anterior: falará o autor do requerimento; falará 1 Deputado a favor, outro Deputado contra e o Relator. Então, ao todo falarão 4, cada 1 por 5 minutos.

Na sessão anterior, houve um acordo entre todos no sentido de utilizar-se um tempo menor para ganharmos na votação dos requerimentos. Assim, poderíamos aprovar mais requerimentos.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, pela ordem.

O senhor disse 2 ou 1 para encaminhar? Na reunião passada o senhor disse 2 contra e 2 a favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois é.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Além do autor do requerimento e, claro, o Líder do partido.

Autor, o Relator e 2 contra.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vic Pires, a confusão que V.Exa. está fazendo é justificada, porque eu propus o que V.Exa. está falando, mas a maioria não aceitou. Preferiu, então, que cumpríssemos o requerimento. Eu propus que falasse o autor do requerimento por 5 minutos, o Relator por 5 minutos e os 4 falassem apenas por 3 minutos cada um, 2 de cada lado, mas aí foi derrotada a minha proposta. Então, ficou o que é regimental. Quatro falarão: o autor do requerimento; 1 a favor; 1 contra, e o Relator.

Outro aspecto que eu gostaria de expor aqui...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, eu queria fazer um requerimento verbal. Poderíamos agrupar, votar em bloco do item 1 ao item 11, porque são todos pedidos de informações. Sem discussão, nós poderíamos ganhar um pouco de celeridade, até porque às 16 horas vai começar a Ordem do Dia, para poder votar.

Se não houver obstáculo de ninguém, pelo menos esse primeiro bloco cumpriríamos em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Esse era outro item, Deputado, que eu havia relacionado aqui para discutirmos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Uma questão de ordem, Sr. Presidente, só para encaminharmos a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu tenho notícia de que nós temos 204 requerimentos apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - É verdade.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E nós não temos esses requerimentos em mão até para uma análise que possamos fazer do ponto de vista de viabilizarmos alternativas extrapautas em relação ao requerimento que vai ser votado.

Então, eu solicito a V.Exa. que promova uma cópia, pelo menos das ementas dos requerimentos, para que possamos deles tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com certeza.



Bom, isso aí foi um mal-entendido, porque eu tinha falado com o Marco, na sessão anterior, para ficarem todos os requerimentos à disposição dos Parlamentares. Depois nós chegamos à conclusão de fazer uma síntese de todos os requerimentos. E aí — eu acho que ele não entendeu direito — essa síntese é entregue a todos os Parlamentares.

Então, tem que tirar uma cópia e entregar a cada um a relação dos...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Eu recebi ontem, Sr. Presidente. Eu recebi ontem a síntese com os que tinham até ontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - São 204.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Eu recebi ontem na hora do depoimento.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - A minha questão de ordem é porque eu tive notícias de que são 204 requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - São 204.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Essa lista, que está com o Deputado Cunha, parece-me...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Exatamente.

Mas, enfim, é apenas uma solicitação, Sr. Presidente, para que possamos ter a oportunidade de, inclusive, pedir extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Sem dúvida. V.Exa. está com toda razão. Vamos providenciar para entregar todos os 207 requerimentos. Se não foi feito é porque estava pronto até ontem só os 174, se não me falha a memória. Cento e setenta.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, está à disposição aqui essa lista global?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Outra coisa que eu gostaria de falar com V.Exas. é o seguinte: amanhã vai haver 2 audiências públicas. Quer dizer, 2 testemunhas virão aqui para serem inquiridas pelos Srs. Parlamentares.

Então, pelo Código de Processo Penal, os 2 não podem falar ao mesmo tempo e um não pode assistir o que o outro está falando, não pode estar presente.



Em se tratando de militar — aí a hierarquia é um dogma militar —, nós achamos por bem, de comum acordo com o Relator, ouvir primeiro o de patente inferior e posteriormente o de patente superior, porque se por acaso o de patente inferior assistisse o depoimento do superior, ele teria grande dificuldade, depois, de contraditar o seu superior. Um cuidado, um zelo que nós estamos tendo. Achamos que não é excessivo.

Então, às 9 horas, nós vamos ouvir o Cel. Rufino, que é quem está presidindo a investigação na Aeronáutica. E nós esperamos ir com essa audiência até as 12h30min. Vamos propor um intervalo de meia hora para o almoço e voltaríamos às 13 horas com o Brigadeiro Kersul, que é o Chefe do CENIPA. E aí nós iríamos até a Ordem do Dia.

Então, para isso, eu quero propor uma alteração do nosso procedimento da vez anterior, que foi ontem, quando eu permiti 15 minutos para cada Parlamentar inscrito fazer a sua inquirição. Então, dentro desses 15 minutos, a critério dele, escolheria como deveria fazer e computaria nos 15 minutos as perguntas e a resposta da testemunha que vem aqui.

O que eu achei? Que o tempo de 15 minutos me parece bastante razoável para cada Parlamentar fazer essas perguntas. Mas acontece que vão ficar inúmeros outros Parlamentares sem ter oportunidade. Então, eu gostaria de propor a V.Exas. se não seria mais razoável um tempo de 10 minutos em vez de 15, porque daria oportunidade a mais pessoas de falarem. Senão vai ficar uma briga muito grande para assinatura, para ver quem chega primeiro, um chegou 1 segundo antes do outro... Eu acho que daria mais oportunidade, seria mais democrático e todos teriam a vez também de fazer os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - O autor também, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O autor também. Todos igualmente.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - E o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - E o Relator...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Equânime, equânime. O Relator fala...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Fala o que quiser. *(Risos.)*



Então, eu acho que o autor poderia ficar nos 15 minutos e a listagem em 10 minutos, Presidente. Eu acho que é razoável. O autor do requerimento tem muito mais informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu estou aqui para concordar. Eu não quero discordar de nada. Eu estou propondo uma coisa...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - São 5 minutos a mais para o autor do requerimento.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Esses 10 minutos são...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Às vezes são 3 ou 4 autores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para ele responder também.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Então, ficam os 15?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - De acordo.

Uma preocupação só, Sr. Presidente: é bem provável que amanhã tenha sessão deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Como?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - É bem provável que amanhã ocorra sessão deliberativa.

Então, apesar da sua decisão de ontem, eu peço para considerar ainda a seguinte alternativa: como nos depoimentos não há decisão, e é muito pouco provável que esses depoimentos sirvam de base para alguma medida judicial... Até lembrando que já houve casos de mandado de segurança no Supremo contra sessões realizadas no Conselho de Ética, em que se tomou depoimento durante a realização da Ordem do Dia, mas que não prejudicou na produção da prova. E a única decisão que consta da Mesa de anulação de sessão simultânea com a Ordem do Dia é quando há deliberação nas Comissões.

Então, diante da premência do tempo, da dificuldade — não precisa responder agora, evidente, só se for contrário —, considerar a possibilidade de nos depoimentos não se interromper até que ocorra votação no plenário, sob pena de amanhã nós perdermos de 3 a 4 horas.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu queria ponderar ao experiente Deputado Fruet o seguinte: se amanhã houver Ordem do Dia antecipada, com



votação, significará que não vai haver depois, no horário normal, a votação. Se houver sessão extraordinária, houver pauta deliberativa, a sessão da tarde tende a se transformar em trabalho de Comissões.

Então, o tempo que iríamos perder de manhã, recupera e continua depois de terminada a Ordem do Dia da sessão extraordinária. E não criamos um precedente que amanhã pode ser mais perigoso para todos nós.

Então, eu queria, na medida do possível, ponderar com o Presidente para tentarmos nos manter dentro do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu estou na linha do Deputado Eduardo Cunha, Deputado Gustavo Fruet. Eu até gostaria de poder fazer da maneira como V.Exa. está dizendo. Mas o art. 46 é taxativo quando diz que em nenhuma hipótese. Quer dizer, quando diz em nenhuma hipótese, não dá para interpretar nada mais. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Mas já era feito.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - É que já foi feito isso. Por isso que eu estou... Mas de qualquer maneira, eu entendo, a leitura é restritiva, claro, é letra da lei, mas como já houve questão de ordem no plenário, a única decisão de anulação diz respeito à votação. Mas de qualquer maneira eu coloquei para ponderação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - As outras CPIs, Presidente, adotaram esse procedimento. E V.Exa., caso entendesse, aí, um consenso do Plenário, estaria resguardado pelo § 6º do art. 46, que também diz: *“As reuniões durarão o tempo necessário ao exame da pauta respectiva, a juízo da Presidência”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - *“A juízo da Presidência”* dentro do Regimento. Nós não podemos, a juízo da Presidência, está havendo Ordem do Dia e nós fazermos a sessão aqui. É evidente.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Mas esse é um procedimento que as CPIs sempre adotaram para evitar a quebra do raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Efraim Filho, o meu coração, o meu sentimento, o meu desejo é de fazer assim. Agora, nós temos que fazer o que é regimental. Não adianta.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Segue o Regimento, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não podemos fugir do Regimento.

Então, eu vou examinar essa questão que o Deputado Gustavo Fruet levantou. Se houver chance, nós faremos com a maior boa vontade.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu pediria a V.Exa., então, que consultasse até o Presidente da Casa, porque em sendo uma reunião deliberativa, tudo bem, mas sendo uma audiência pública... Quantas vezes em Comissões Temáticas nós temos audiências públicas simultâneas à Ordem do Dia, porque não são sessões deliberativas, de voto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, ficou estabelecido: o autor do requerimento falará por 15 minutos; os demais inscritos falarão por 10 minutos. É isso que está acordado? E o Relator, tempo infinito. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Tempo democraticamente definido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Democraticamente estabelecido.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Vamos começar a votar, Presidente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Democraticamente discernido pelo Relator.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Vamos começar a votar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vamos.

Então, o seguinte: a pauta de hoje, feita sempre apressadamente, é passível de críticas e de observações.

Eu quero comunicar aos nobres colegas, a V.Exas., que eu vou estar aqui, nesta sexta-feira agora, à disposição de qualquer observação para inclusão de requerimentos em pautas futuras — que poderia se entender a pauta da quarta-feira da outra semana —, para discutirmos a conveniência; cada um dizer: *“Olha, acho que esse requerimento aqui deveria ter sido incluído, e não foi. Seria importante que ouvíssemos agora essa testemunha ou aquela”*. E eu estou à disposição na sexta-feira toda, no meu gabinete, para receber todas as observações para fazermos uma pauta combinada.



A outra questão que eu gostaria de falar é que essa pauta trata de 3 assuntos: requerimentos de informação; convocação de testemunhas, e diligência. Na vez anterior, nós concordamos em votar os requerimentos de informação em conjunto. Então, nessa pauta aqui, os requerimentos de informação não estão ordenados nos mesmos itens. Então, regimentalmente, o que eu estou obrigado a fazer? É colocar conjuntamente em votação aqueles requerimentos que estão seguindo os itens da pauta: 1, 2, 3, 4. Chegando na convocação, passaríamos para a convocação; depois, voltaríamos para os requerimentos de informação, depois voltaríamos para a convocação e depois voltaríamos para os requerimentos de informação. Ou, com a anuência, a concordância de 100% do Plenário, votarmos de uma vez só todos os requerimentos de informação. Aí não seguiríamos a pauta; nós enumeraríamos os itens da pauta que estariam em votação, e, se todos estivessem de acordo, votaríamos de uma vez só todos os itens de informações, sem discordâncias. Porque, se tiver uma discordância, eu sou obrigado a cumprir o Regimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Concordado. Mas após essa pauta eu gostaria de fazer uma questão de ordem, depois da aprovação no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. é quem manda.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Bom, aprovou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Está aprovado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Então, o senhor me dá uma questão de ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, ontem eu tive uma audiência num foro em Belo Horizonte e, lamentavelmente, não pude estar presente na visita que esta Comissão, atendendo a requerimento do Deputado Eduardo Cunha, fez ao CINDACTA. E a questão de ordem que faço a V.Exa. é a seguinte: a Comissão, no art. 35, entre os poderes, está escrito: *“(...) a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento”*. Pois bem, Sr. Presidente. Nós temos autoridade judicial.



O nobre Kildare Gonçalves Carvalho, um constitucionalista mineiro, em uma de suas doutrinas, ele coloca bem: *“Nota-se, pois, que, apesar de o direito ao sigilo ser a regra, não tem ele caráter absoluto, admitindo-se a sua quebra para atendimento a uma finalidade pública, e condição para violação do sigilo e a demonstração da existência de um motivo relevante, num processo investigatório, dado o seu caráter de excepcionalidade”*.

E o Código de Processo Penal, Sr. Presidente, em seu art. 156, que temos o poder de juiz dentro dessa doutrina, diz: *“(...) o juiz poderá, no curso da instrução ou antes de proferir a sentença — no caso do nobre Relator, proferir o seu relatório —, determinar, de ofício — o que nós fizemos aqui na aprovação de requerimento —, diligências para dirimir dúvidas sobre ponto relevante”*.

O que eu quero dizer com isso, Sr. Presidente? Eu quero dizer o seguinte — Srs. Deputados, ouçam-me bem: no final do ano passado, a Comissão Especial designada, pela Câmara dos Deputados, para investigar o caos aéreo, da qual tive o privilégio de ser o Relator, fez uma visita ao CINDACTA-1. E foi altamente, Sr. Presidente, educativo, porque nos sentamos num auditório e tivemos uma aula sobre o CINDACTA. Posteriormente, fomos à sala de controle com um número maior de Deputados daquela Comissão. Entramos na sala de controle, observamos o computador, vimos como entra o papel, o plano de vôo etc. e entramos no cérebro.

Posteriormente, Sr. Presidente, nós entramos também onde estão os computadores que deram aquele pane que parou o Brasil durante 2 dias. E lá eles nos mostraram que não têm sistema reserva de equipamentos. O técnico que dá a manutenção, em nível superior, é francês e coincidentemente estava em Manaus, e o equipamento italiano. Para o senhor ver a confusão das coisas.

Pois bem, Sr. Presidente. Eu acho um absurdo e uma falta de respeito com esta Casa — essa opinião é minha — os comandantes da Aeronáutica e o Ministro da Defesa não terem permitido esses Deputados adentrarem no CINDACTA. Nós temos poder, temos autoridade. E não existe neste País nada que seja de defesa, nada que não se possa fazer, porque a defesa principal, Sr. Presidente, esse manto de defesa nacional, para que nós não adentrássemos, não está correto, porque a defesa nacional principal é a defesa do povo brasileiro, do vôo do povo brasileiro, da segurança dos vôos brasileiros, e que nós estamos aqui para investigar.



Sr. Presidente, esta Casa de Deputados — preste bem atenção, Deputado Eduardo Cunha — está sendo desmoralizada a cada instante. Estamos proibidos de ir ao CINDACTA. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito!

A Sra. Dilma Rousseff, Ministra da Casa Civil, tem chamado os Prefeitos e Governadores, principalmente os Prefeitos, para debater o PAC, e nem sequer comunica o Deputado Federal majoritário do município, que está nesta Casa, inclusive sendo base aliada do Governo. Ela não respeita os Deputados da base aliada, não comunica o Deputado nem sequer que está chamando o Prefeito do seu município, para estar lá na Casa Civil, para debater assuntos do PAC.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O Deputado permite um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Só concluindo, Deputado.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Presidente, não é pauta desta CPI se alguém chamou ou não chamou o Deputado para receber Prefeito. Por favor.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor me desse a palavra e que eu não fosse interrompido. Eu vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado. V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pois não, Sr. Presidente.

O art. 35 diz que nós temos o poder de polícia, e ontem esta Comissão não foi autorizada a adentrar no CINDACTA. Inclusive existem precedentes em situações passadas.

Diante disso, Sr. Presidente, eu estou apresentando 3 requerimentos: um, para que voltemos ao CINDACTA para visitar o Centro de Controle e o Centro de Computação, para saber dos equipamentos; o outro é convocando o Sr. Ministro da Defesa Civil, Waldir Pires, e o outro é convocando o comandante da Aeronáutica para poder vir a esta Casa.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Nobre Deputado Carlos Willian, eu devo esclarecer a V.Exa. que nenhum Parlamentar desta Comissão foi proibido de entrar no CINDACTA, na sala de controle de vôo. Na verdade, foi um



entendimento do comando militar com esta Presidência, da inconveniência de entrar um número grande de Parlamentares numa sala onde pessoas estavam fazendo um trabalho que, pela sua própria função, exige concentração, acuidade. Nós aquiescemos e achamos mais prudente. Eles ainda insistiram para, se quiséssemos, entrarmos um a um, ou em pequeno grupo, de maneira que não tirasse a concentração. Como nós prevíamos que seria um número muito significativo, nós concordamos. Se estávamos no visor vendo-os trabalhar, a diferença era muito pouca de estarmos ao lado deles. E tinha um outro sistema paralelo, para onde nós fomos, que é a réplica, um pouco menor, do que eles estavam fazendo. Então, foi um entendimento, uma situação acordada e não uma proibição da Aeronáutica que nós adentrássemos lá. Estou dizendo isso apenas para ficar bem claro, bem patente, perante a opinião pública, perante a imprensa que está aqui, que em nenhum momento nenhum Parlamentar foi ou está proibido. Digo mais: aquele Parlamentar que quiser visitar o CINDACTA, com certeza a Aeronáutica não irá se opor; pelo contrário, a Aeronáutica tem se mostrado aberta ao máximo para prestar todo esclarecimento e toda informação. Apenas faço este registro aqui para que não possa haver uma distorção do que de fato ocorreu.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) – Nobre Deputado Vic Pires Franco.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Presidente...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu agradeço a sua explicação, mas é porque eu acompanhei pela imprensa, está escrito, e por alguns Deputados desta Comissão que estiveram lá que eu consultei, e eles confirmaram essa minha informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, esse Deputado que falou não estava bem informado. Não houve proibição. Houve um entendimento de ambas as partes da conveniência ou não de entrar um grupo expressivo de Parlamentares e pessoas que estavam trabalhando...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vic Pires Franco.



O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Sr. Presidente, eu quero reforçar a sua colocação de que realmente houve esse entendimento e que nós acompanhamos.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, pela ordem. É só para complementar. Eu estive na visita junto com o senhor. Gostaria de deixar aqui o meu testemunho do que o senhor está falando. Realmente, nós não fomos impedidos de entrar no local. Apenas houve uma ponderação da Aeronáutica de que muitos Parlamentares de uma vez, nós poderíamos tirar a atenção dos controladores de vôo, o que eu acho que realmente é possível. E como nós geralmente somos culpados de tudo nesta terra chamada Brasil, qualquer coisa que acontecesse seria culpa já da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Imaginemos que, quando nós estivéssemos lá...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Pois então. E eu gostaria também, para complementar, eu fui o primeiro a não querer entrar junto com outros Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - .. houvesse qualquer incidente. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Então, realmente, o senhor tem toda a razão. E para complementar, Sr. Presidente, eu queria, em nome do Brasil, com certeza de todos os brasileiros, agradecer a mensagem do Papa, que infelizmente não chegou, por conta do nosso controle aéreo, ao Presidente Lula, porque senão ele já teria agradecido também. Eu gostaria de agradecer as bênçãos do nosso Papa e complementar as suas palavras. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Sobre isso, Deputado Vic Pires Franco, a Aeronáutica mandou um comunicado, esclarecendo o que de fato aconteceu. Eu vou passar a palavra ao nosso nobre Relator para ele ler a comunicação da Aeronáutica.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - A próxima vez, que o Papa use o SEDEX.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Uma boa-tarde aos Srs. Deputados e Deputadas.



A pedido do Presidente, só para informar esta Comissão e também para colocar à disposição depois das Sras. e dos Srs. Deputados, da imprensa, se assim entender, que acho que não temos nenhum problema em relação a isso, Sr. Presidente, nós recebemos agora há poucos instantes uma correspondência do Brigadeiro Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, que trata sobre o seguinte.

Ele diz, na correspondência:

“Encaminho a V.Exas. o documento em anexo, versando sobre as comunicações entre o controle de Recife – ACCRF e a aeronave que transportava a Sua Santidade, o Papa, no dia 13 de maio de 2007.

Atenciosamente,

Tenente-Brigadeiro Juniti Saito

Comandante da Aeronáutica”.

Então, vem aqui, encaminhada pelo Comandante José Alves Candez Neto, Coronel-Aviador Comandante do CINDACTA III, ao Brigadeiro Comandante da Aeronáutica a transcrição das comunicações.

Nós temos aqui a cópia:

“Encaminho a V.Exa. a transcrição das comunicações entre o Centro de Controle de Recife e a aeronave que transportava a Sua Santidade, o Papa, no dia 13 de maio de 2007, no período de transmissão da mensagem de despedida ao Exmo. Sr. Presidente da República.”

E vem, portanto, logo atrás, a transcrição da Gravação nº 11, de 14 de maio de 2007, no horário das 14h7min39seg até às 14h26min59seg. Aqui tem a transcrição, pelo que eu pude olhar do documento, de informação da conversa entre o avião da Alitalia e o Centro de Controle Operacional, do avião da TAM com o Centro de Controle Operacional e, depois, da gravação da mensagem, que, pela degravação feita aqui, de fato, até mesmo o piloto da TAM acabou informando o Centro de Controle Operacional de que a mensagem era uma mensagem de 23 minutos e que o piloto do Boeing da Alitalia perguntava se o controlador queria anotar ou gravar essa gravação de 23 minutos, o que depois foi esclarecido durante



as conversações que aconteceram, segundo a degravação que está aqui, constantemente, durante todo esse período, até que se chegasse à mensagem do Papa ao Presidente da República.

Não vou ler a mensagem que aqui está, porque ela será...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - *Data venia...*

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Acho que não era nem esse assunto, nobre Relator, apesar da boa intenção...

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vamos votar os requerimentos.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Relator, o senhor poderia ler a mensagem?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Relator, o senhor poderia ler, e também depois nos colocar à disposição...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Acho que esse assunto não tem nada a ver com CPI.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - ...porque há indícios de que a informação da Aeronáutica é falsa, e ela está encobrindo falhas.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Sr. Presidente, esse assunto não tem nada a ver com CPI. Isso não é fato determinado.

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Relator, o senhor me dá um aparte?

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Tem coisa mais importante para tratar.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Essa acusação é leviana a respeito da Aeronáutica, e é difícil suscitar isso aqui, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - O senhor me dá um aparte, Relator?

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Se os Srs. Deputados permitirem...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Por favor, Relator.

(Não identificado) - Questão de ordem, Presidente.



O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Se os Srs. Deputados permitirem, nós só estamos informando aqui o recebimento oficial que nos foi enviado. Como foi levantado esse tema ontem aqui, na Comissão, e foi motivador, inclusive, de vários requerimentos que foram apresentados também no dia de ontem a esta...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - O senhor me concede um aparte, Sr. Relator?

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Isso não acrescenta em nada. Isso vem atabalhoar o trabalho da CPI. Nós temos requerimentos importantíssimos para serem votados hoje. Vamos trazer o assunto do Papa, que queria uma gentileza...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Relator, o senhor me concede um aparte?

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Só para concluir. Uma gentileza...

(Não identificado) - Vamos gastar melhor o nosso tempo.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Com todo o respeito que eu tenho pelo senhor...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - É uma questão de gentileza. Se o Papa tem tanto a agradecer ao Presidente Lula... *(Ininteligível.)* ...telefone celular antes de embarcar. Tem matéria para votar.

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Isso não é fato determinado. Não tem nada a ver com CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vamos em frente.

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Deputado Wladimir Costa, o senhor sabe o apreço que eu tenho por V.Exa.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - O senhor repetidamente vem registrando isso. Obrigado.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Mas é muito importante a mensagem do Papa, mas não só a mensagem do Papa. O avião da Alitalia — vamos esquecer o Papa —, o passageiro que estava no avião da Alitalia vamos



esquecer. O avião da Alitalia tentou passar uma mensagem, que só chegou ao Brasil através de um avião da TAM. Estou errado ou não, Relator?

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Para mim, tem que ser assunto determinado.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Não, um minuto. O avião poderia estar em emergência...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Na próxima vez, o Papa use telefone celular. Quando chegar ao Vaticano, ligue para o Presidente.

(Não identificado) - Vamos ocupar melhor o nosso tempo, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Não tem que estar ocupando piloto, não tem que estar ocupando controlador de vôo para estar mandando mensagem de agradecimento, pelo amor de Deus.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Olha, em respeito ao Papa...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Daqui a pouco, nós, Deputados também, vamos ligar para as nossas esposas...*(ininteligível.)*

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu acho que já está devidamente esclarecido.

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Acho que para a investigação isso é importante, porque o avião da Alitalia poderia estar em pane...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Colabora nada.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - O avião poderia estar em pane.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Não são porta-vozes de mensagem de Papa, nem de Deputado, nem de Presidente. A finalidade deles é outra...

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O problema não é a mensagem, Sr. Presidente. É a falha na comunicação do setor aéreo. Eles estão querendo encobrir a verdade.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - A palavra está com este Relator. Peço que mantenham a palavra com o Relator.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu acho que nós não devemos deixar de fazer...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - A palavra está com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o nosso Relator, para concluir.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - O documento entregue pela Aeronáutica está aqui. Não é para nós debatermos o assunto. Nós tínhamos que comunicar isso, em função dos requerimentos que foram apresentados. Vai passar aqui para a Secretaria, que baterá as devidas cópias e entregará aos Srs. Deputados. E os Deputados poderão, a partir disso, tomar os seus posicionamentos em relação ao documento que foi enviado pela Aeronáutica.

Eu peço que a gente encerre por aqui essa discussão, porque nós vamos discutir todo o tema do sistema de tráfego aéreo durante os trabalhos da CPI. Teremos, inclusive, condições de questionar aqui os integrantes da...

(Não identificado) - Vamos convocar os pilotos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Se eu for ler aqui, nós tivemos...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Sr. Presidente, vamos convocar o Papa para ver se o Papa vem aqui falar se é verdade. Eu vou entrar com requerimento.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Deputado Wladimir...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Pelo amor de Deus, Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Essas questões, se a gente responder, a gente responde, esclarece, e elas ficam melhor colocadas do que nós ficarmos fazendo aqui um bate-boca...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Para quem não tem argumento, é melhor levar na brincadeira.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Eu concordo. Podemos avançar.

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vamos avançar aqui na nossa reunião.



Srs. Deputados, Sras. Deputadas, há sobre a mesa 2 requerimentos extrapauta.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Sr. Presidente, antes dos requerimentos, eu queria ainda tratar sobre um outro tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Srs. Deputados e Deputadas, na primeira reunião que realizamos da CPI, levantado por vários Parlamentares, entre eles o Deputado Fernando Gabeira, naquela que discutimos o roteiro dos trabalhos da CPI, havia um questionamento sobre a necessidade de a CPI já imediatamente tentar apontar alguns caminhos e algumas soluções ou sugestões que dialogassem concretamente com as questões relativas ao tratamento dado aos usuários do sistema aéreo brasileiro nos aeroportos. Esta era uma demanda, uma expectativa da sociedade brasileira, uma cobrança que inclusive os Srs. Parlamentares recebiam nos aeroportos, principalmente nos momentos de crise, mas também fora dos momentos de crises maiores que enfrentamos nos últimos meses.

Naquela oportunidade, eu me comprometi de, na segunda sessão subsequente apresentar, portanto, uma proposta a esta CPI que pudesse dialogar com esse anseio da sociedade brasileira e dos Srs. e Sras. Deputadas. Quero, de forma muito rápida, apresentar uma proposta e uma sugestão aos Srs. e Sras. Deputadas que trata sobre aquele tema. É óbvio que não é uma proposta conclusiva. Ela também não tem, de forma alguma, a intenção de atrapalhar os trabalhos da CPI ou desviar o foco dos trabalhos da CPI, que é o de investigar. E nós teremos, inclusive, no roteiro da CPI um tempo onde estaremos discutindo o marco regulatório do setor aéreo brasileiro, estaremos aqui discutindo os temas relativos à defesa do consumidor. Vamos aprofundar, inclusive, o que foi esta crise do ponto de vista do atendimento dos nossos usuários nos aeroportos e o impacto que isso tem na crise aérea como um todo. Mas estou apresentando uma proposta que dialoga com aquilo que foi levantado aqui, a urgência e a premência de darmos uma resposta em relação a este tema.

Qual é a proposta, senhores e senhoras? Faço na proposta que estou apresentando algumas considerações preliminares, que tratam também sobre o processo e o roteiro que nós constituímos. E concluo com uma última frase que diz o



seguinte: O relatório, além de responder ao objeto da CPI, também pode e deve apontar propostas e ações para qualificar o sistema de tráfego aéreo brasileiro. E para que isso se concretize de maneira completa é necessário ampliar a efetividade e a abrangência social dos trabalhos desta CPI, criando mecanismos que permitam a participação direta da cidadania, em particular dos usuários do sistema aéreo e de suas representações sociais de promoção e defesa dos seus direitos.

E aí faço 3 propostas, que são imediatas, diretas e que tratam daquilo que havia sido levantado aqui.

A primeira proposta é a criação de uma ouvidoria cidadã da CPI do Tráfego Aéreo, que teria um prazo de 1 semana, 15 dias para receber sugestões da comunidade. Já tem essa ouvidoria no *site* da CPI para receber sugestões, encaminhamentos da sociedade em relação ao tema. E ali temos o *site* www.camara.gov.br e a explicação de como o acessamos. Se a imprensa, que tem nos ajudado e contribuído com a divulgação dos trabalhos da CPI, divulgar isso, estaríamos abrindo efetivamente para a sociedade a possibilidade de sugerir propostas e encaminhamentos referentes à melhoria da qualidade do atendimento aos usuários nos aeroportos.

Uma segunda proposta é de que nós realizaríamos sessão especial da CPI, daqui a 1 semana, 10 dias, já com essas propostas e sugestões que viriam da sociedade com o intuito de debater, discutir e analisar essas sugestões, que seria um espaço para todos os Deputados e Deputadas proporem. Dizer: olha, nós achamos que lá nos aeroportos tem que ter um sistema de controle assim e assado que vai melhorar o atendimento.

E uma terceira ação desta CPI, sem inviabilizar todo o processo que nós constituiríamos depois, que seria a entrega desse relatório com essas sugestões dos usuários e do debate feito por nós à ANAC, Agência Nacional de Aviação Civil, que poderia, a partir disso, já imediatamente encaminhar esse processo. Temos certeza de que, com a constituição dessa ouvidoria cidadã da CPI do Tráfego Aéreo, esta Comissão estaria aproximando a Câmara dos Deputados da sociedade brasileira de maneira inédita e efetiva.

Essa era a proposta que queria trazer a esta Comissão, dialogando com aquilo que foi apresentado pelo Deputado Fernando Gabeira e por vários



Deputados, dizendo que esta CPI, ao mesmo que fosse investigando toda a situação, tivesse uma ação concreta e efetiva no sentido de minimizar o sofrimento que os nossos usuários, que os brasileiros e brasileiras que necessitam do sistema de tráfego aéreo estão tendo quando acessam os aeroportos brasileiros. Então, peço aqui aos Srs. e Sras. Deputadas, se possível, que se aprove essa proposta e se possa dar continuidade a esse trabalho que pode contribuir, e muito, para o avanço da melhoria do sistema de transporte aéreo do nosso País. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Questão de ordem, Sr. Presidente, só para sugerir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Srs. Deputados, eu gostaria de chamar a atenção, porque já são 13h16. A Ordem do Dia, se tudo correr bem, será às 16h. Se nós não apressarmos os nossos trabalhos, vamos chegar ao final sem votar os requerimentos, que é a nossa finalidade precípua hoje à tarde.

Então, sem querer diminuir a liberalidade de sempre que tem caracterizado esta Presidência, eu pediria a compreensão de todos no sentido de trabalharmos sinergicamente para o mais rapidamente possível passar à votação dos requerimentos, porque se ficarmos dessa maneira chegará 16h e não teremos votado nada, o que não seria bom para esta CPI.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - E hoje tem a questão do salário mínimo, que é muito importante que todos nós estejamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Sem dúvida, Deputado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, só para contribuir com o Relator, porque acho sua proposta louvável. Peço que V.Exa. solicite ao Presidente da Casa as mais de 20 mil assinaturas de usuários do sistema que foram coletadas por ocasião da instalação da CPI. Acho que isso seria um bom aporte de informações e de manifestação de usuários sobre essa questão. Isso só como sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Só completando aqui o que V.Exa. está dizendo, Deputado Vanderlei Macris, se conseguíssemos fazer isso que o Deputado Marco Maia está propondo, já seria um ganho para a nossa CPI. Hoje, o motivo de maior reclamação é que o usuário não está tendo informações. Eu mesmo no último vôo que fui para Teresina, o vôo era para sair às 8h06, e estava junto com



o Deputado Osmar Júnior, aqui presente, e saiu às 11h, mas continuava lá no painel dizendo que estava confirmado às 8h06.

Então, está havendo uma dificuldade de comunicação entre a companhia aérea e a INFRAERO, e o usuário termina ficando sem informação alguma, o que tem sido motivo grande de descontentamento. Então, vamos implementar essa sugestão do nobre Deputado Relator Marco Maia, entrar em contato com as autoridades da ANAC, da INFRAERO, para que rapidamente possam essas informações serem precisas. Quando o avião estiver atrasado, está atrasado. Se está atrasado por uma hora, ou duas horas, ou 5 horas. Mas que o usuário tenha essa informação e possa avaliar a sua conveniência de ficar, de sair ou de fazer alguma coisa.

Feito isso, vamos passar aos trabalhos. Há sobre a mesa, extrapauta, um requerimento de autoria do nobre Deputado Gustavo Fruet e mais outros 9 ou 10 signatários.

“Sr. Presidente,

Requeremos a V.Exa., nos termos do art. 52, §5º, combinado com o art. 117, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a inclusão na Ordem do Dia do Requerimento nº 2, de 2007, para apreciação imediata”.

O Requerimento de nº 2 é de autoria do Deputado Gustavo Fruet, Vanderlei Macris e Otavio Leite. Ementa: *“Requer informações ao Tribunal de Contas da União, sobre auditorias que tenham como objeto qualquer aspecto que envolva controle e segurança de tráfego aéreo”.*

Então, da vez anterior, eu já justifiquei a não-inclusão deste requerimento na pauta. Por quê? Porque nos pareceu que esse requerimento não é preciso, ele é vago, ele é amplo. Quaisquer informações. Então, isso aí daria margem a vir para esta CPI quaisquer informações que não dissessem respeito a gente.

Em função disso, o nobre Relator apresentou um requerimento mais preciso, no mesmo sentido desse, dizendo o seguinte: pedindo informações sobre auditoria que o Tribunal de Contas havia feito sobre o problema do tráfego aéreo no Brasil e o



acórdão número tal, que foi uma auditoria específica que o Tribunal de Contas fez sobre o tráfego aéreo brasileiro.

Então, aqui estou só justificando. Não estou pedindo voto nem para um lado, nem para o outro. Estou justificando, porque, por ser o requerimento de nº 2, nós já estávamos no nº 204, e eu não havia incluído na pauta.

Qual é a minha preocupação — talvez um zelo excessivo; não sei. Mas qual é a minha preocupação? É não transformar esta CPI, a exemplo de outras que já houve aqui nesta Casa, que tratavam de todos os assuntos do mundo, menos do assunto para o qual ela foi constituída.

Eu sei que a intenção do Deputado Gustavo Fruet e dos outros signatários não é essa. Mas, para ser preciso e nós não desviarmos o nosso foco, o Relator achou por bem fazer um requerimento que dissesse exatamente, de maneira clara, inequívoca, o que é que nós estávamos querendo: a auditoria que o Tribunal de Contas da União fez sobre o problema do tráfego aéreo brasileiro, acórdão número tal.

Então, foi um requerimento muito preciso.

Dadas essas explicações, então, nós vamos colocar em encaminhamento. Nesse tipo de requerimento, só pode falar o autor e um para contraditar.

Então, com a palavra o autor do requerimento, nobre Deputado Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço as suas ponderações, em especial quando V.Exa. faz a referência que a nossa intenção é fato determinado, de forma alguma criar qualquer medida de prejuízos aos trabalhos da CPI.

Mas aqui nós começamos a ter um divisor, com relação às frentes de trabalho estabelecidas.

Eu entendo a preocupação do Relator com relação a fato específico de uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União. mas o requerimento é específico, quando ele fala em controle e segurança de tráfego aéreo. E podemos ir além, pedindo inclusive as auditorias formuladas pelo Tribunal de Contas em relação a Governos anteriores, até para que se possa ter tranqüilidade com relação à evolução de problemas e à evolução de investimentos no sistema. Isso é feito?



E achei importante V.Exa., hoje, dar a possibilidade de, na sexta-feira, adiantarmos os requerimentos. Porque, em razão ou em decorrência da votação de hoje, para a próxima semana, nós já vamos começar a especificar, apresentando requerimentos, por exemplo, como cópias de inquérito aberto sobre irregularidades investigadas em determinadas empresas, quer seja a Polícia Federal, o Ministério Público, a Advocacia-Geral da União. Entendo que isso irá provocar já um embate na CPI.

Então, diante da preocupação que já manifestei a V.Exa. e ao Relator fora da CPI, se houver irregularidade, mais dia menos dia, isso vem a público. caberá ou não à CPI tomar a iniciativa de levantar essas questões sem prejulgamento. Eu tomei o cuidado de não colocar o nome das empresas para não parecer que, desde já, estamos com uma pré ou alguma intenção em relação a determinadas empresas, a determinados dirigentes ou a determinados períodos. É por isso que não há restrição, inclusive com relação à data.

Mas, de qualquer maneira, nós queríamos provocar essa discussão, desde já, lembrando — positivo — a possibilidade aberta por V.Exa., na reunião da sexta-feira, mas como um ponto de precaução e atenção.

Amanhã, será instalada a CPI do Senado. É difícil 2 CPIs funcionarem com o mesmo grau de intensidade. Uma será o espelho da outra. O que essa CPI deixar de fazer, será feita uma pressão para que seja feito pela CPI do Senado. Não sejamos pegos por negligência.

Em caráter complementar, eu solicito, se for aprovado esse requerimento, como os outros de informação, que sejam enviados os dados por meio eletrônico, até porque isso permite o cruzamento de dados que dá muita agilidade na análise do material.

Então, o objetivo, Presidente, ressaltando, de forma alguma é abrir de forma irresponsável a linha de investigação, mas para termos a precaução de que, se existe alguma investigação, que seja repassada durante os trabalhos da CPI, até para que possamos fazer essa avaliação.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Para encaminhar contrário, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O Deputado André Vargas já havia pedido, nobre Deputado Eduardo Cunha. Peço desculpas a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, certamente o Deputado Eduardo Cunha também seguiria nesta linha da necessidade da prudência e de olharmos o foco, o objetivo da nossa CPI. Na medida em que se apresenta um requerimento sobre quaisquer irregularidades, quaisquer levantamentos, quaisquer abordagens de um tribunal ou de qualquer outro órgão em relação ao tráfego aéreo, à questão aérea, sem dúvida nenhuma, vamos ter um volume de documentação aqui acima do normal, acima do racional para uma CPI que tem, sim, que ser objetivamente técnica.

É claro que o Deputado Gustavo Fruet, quando faz a sua argumentação, deixa antever o seu formato de trabalho, na medida em que diz que aquilo que não foi feito aqui haverá uma pressão para que se faça no Senado. Pressão de quem? Da Oposição? Na disputa da Oposição com o Governo? Pressão da opinião pública? Ou é exatamente o contrário? É claro que os levantamentos preliminares do Tribunal de Contas, eles sempre são sujeitos a outras avaliações, outros encaminhamentos e podem, sim, ser utilizados como instrumento de disputa política, como já aconteceu nesta Casa, o que de fato desmoralizou as CPIs, abertura de foco amplo, luta política intestina. É claro que a evolução da investigação, em tendo acesso às informações já, e não analisadas — já foram solicitadas e não tivemos tempo de analisá-las —, seja em relação ao acidente da Gol, que, em tese, seria a primeira fase, seja em relação ao espaço aéreo — e de fato as questões do contingenciamentos são questões que esta CPI vai ter que enfrentar —, demonstram a verdadeira intenção de se estabelecer aqui um palco de efetiva e candente disputa política, na medida em que, dentro das argumentações do Deputado e na sua serenidade, ele coloca exatamente isto: aquilo que não se fizer aqui haverá pressão para que haja no Senado. Pressão de quem? — volto a dizer.

Portanto, Sr. Presidente, acho que precisamos agir com prudência, aprimorando e apropriando-nos de conhecimentos que nos faltam inclusive do ponto de vista técnico. Fala-se muito em CINDACTA. De fato, temos um nível de conhecimento insuficiente, a não ser o Deputado Martini que aqui, por várias vezes, fez abordagens importantes. Portanto, acho que é inadequado para o momento.



Acho que há, sim, uma tentativa de estabelecer aqui um palco de disputa política forte. Não sei se há outro requerimento, mas ouvi pela imprensa a vontade de se chamar dois brigadeiros da INFRAERO que falam da insuficiência de investimentos. Por que dois brigadeiros que falam de insuficiência de investimento e não os presidentes da INFRAERO desse período longo do governo anterior e deste Governo? Vejam que a boca fala do que o coração está cheio.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, questão de ordem, por favor. O Deputado André Vargas citou um requerimento feito por mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Só podem encaminhar 2. Não é permitido.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não pode. É o autor do requerimento extrapauta. O que estamos votando aqui é o requerimento extrapauta. O que o Regimento permite é só o autor e outro para contraditar. É só isso.

Então, vamos colocar em votação o requerimento do nobre Deputado Gustavo Fruet e os demais signatários.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, já foi encaminhado. Para o Bloco PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/ PTC...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, eu tenho que orientar a bancada.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, não há orientação de bancada em relação a isso.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, por favor, orientação para votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para orientação de bancada, pode. Os líderes podem orientar suas bancadas.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Gostaria de orientação, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, estou com a palavra?



O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Em que tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra a Deputada Solange Amaral. Por 1 minuto, Deputada.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, em primeiro lugar, o Requerimento nº 2, de 2007, desta Casa, que cria a CPI, fala em “*causas e conseqüências*”. Portanto, o requerimento do Deputado Gustavo Fruet trata de levantar documentos, auditorias que apuram os fatos.

E mais uma coisa, Sr. Presidente: a luta política se dá também com uma maioria silenciosa. Não é só com a disputa democrática, da palavra, do pedido de encaminhamento; também se dá com a maioria silenciosa, que se opõe muitas vezes ou pode vir a se opor a investigações e a levantamentos.

Portanto, o requerimento que o Deputado André Vargas citou é um requerimento de minha autoria. Ontem, eu falei aqui, quer dizer, quem estava atento à sessão percebeu que são 2 brigadeiros que, antes dos fatos dos acidentes ocorrerem, em junho... Eu acho que quem quer investigar tem que ter clareza disto: 4 meses antes da ocorrência do acidente, Sr. Presidente, essas pessoas, que trabalham nessa área, já apontavam dificuldade de recursos, problemas nos investimentos e questões de segurança e controle aéreo.

Por isso, agradecendo V.Exa. a garantia da palavra para orientação de bancada, quero encaminhar favorável ao requerimento do Deputado Gustavo Fruet e solicitar a presença — e vou citar o número do requerimento citado, é o Requerimento nº 182, que trata de convocar 2 brigadeiros que, antes dos fatos, já alertavam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Mas esse não está em discussão, não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, a orientação de bancada é contra a votação de uma inclusão extrapauta.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, o Deputado Eduardo Cunha pode dizer o que ele quiser, como qualquer Deputado aqui tem sua palavra assegurada, encaminha e orienta da maneira que entende, com a autoridade do seu mandato.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Para orientar pelo PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não. O Bloco PSDB/Democratas/PPS já encaminhou através da Deputada Solange Amaral.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Quero orientar pelo PMDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para o Bloco PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC,/PTC/PCdoB, com a palavra o nobre Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, pela ordem. No plenário da Casa, Sr. Presidente, o Presidente da Câmara, perdoe-me, tem dado a palavra aos partidos individualmente. Eu gostaria que aqui fosse mantido o mesmo critério do Presidente da Casa que, lá no plenário, dá a palavra à liderança do PSDB para orientar sua bancada, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Tem a palavra o nobre Deputado Eduardo Cunha para falar pelo Bloco que eu citei.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, nós estamos com a votação de inclusão extrapauta de um requerimento. O PMDB adotou a seguinte posição: nós estamos dispostos sempre a ter reunião para discutir a inclusão de pauta, participar, elaborar a pauta junto com todos, mas não votaremos a favor mais, em nenhuma sessão, de qualquer inclusão extrapauta.

V.Exa., como Presidente, representante do PMDB e do Bloco, faz a pauta. Não vou entrar no mérito do conteúdo do requerimento nem deste nem de qualquer outro, mas o PMDB adotará a postura, daqui para frente, de votar contrário a toda e qualquer inclusão extrapauta.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, é Regimento inclusão extrapauta, art. 182. É Regimento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Regimento é o direito de incluir. A votação não é regimental...

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Só um instante, por favor.



O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Deputado Edson Santos, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Nobre Deputado, só um instante. Vou responder ao Deputado Macris. O art. 26 do Regimento Interno diz o seguinte – vou lê-lo com calma:

“A distribuição das vagas nas Comissões Permanentes, entre os Partidos e Blocos Parlamentares, será organizada pela Mesa, logo após a fixação da respectiva composição numérica e mantida durante toda a Legislatura.

§ 1º Cada Partido ou Bloco parlamentar terá, em cada Comissão, tantos suplentes quanto seus membros efetivos.”

Combinando com o art. 12, que diz o seguinte:

“As representações de dois ou mais Partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir Bloco Parlamentar sob liderança comum.

.....
§ 5º. O Bloco Parlamentar tem existência circunscrita à Legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores serem apresentados à Mesa para registro e publicação.”

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, aqui funcionam não os partidos individuais, aqui funcionam os Blocos Parlamentares. E isso não vem, Deputado Macris, em prejuízo de nada.

Imaginemos este Bloco Parlamentar PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PCdoB: se cada um resolver falar, nós vamos aqui de madrugada... e ninguém fala.

Então, o Bloco Parlamentar é constituído não é para tirar direito de ninguém; o Bloco Parlamentar é constituído para que o Bloco aja conjuntamente...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - ...para que o Bloco aja com todos de acordo.



Então, já foi dada a palavra à Deputada Solange Amaral pelo Bloco PSDB/Democratas/PPS. O que vai precisar, daqui para frente, é que V.Exas. entrem em acordo para dizer: quem fala em nome desse bloco é Fulano de Tal. Isso é o que vai ser preciso.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, é uma questão de isonomia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Porque, como a Deputada Solange pediu em primeiro... Não, não é isonomia, Deputado Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O Presidente da Casa está conduzindo desta maneira. Eu queria apresentar um recurso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Mas nós não vamos... Não vamos fazer isso aqui, porque isso não vai...

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O senhor deveria ensinar o Presidente Chinaglia...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Art. 192...

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - E ainda me socorre aqui o Sílvio, o § 2º do art. 12 ainda diz assim: "*As Lideranças dos Partidos que se coligarem no Bloco Parlamentar perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais*".

Então, pois não, V.Exa. tem todo o direito e...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Quero registrar...

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu queria encaminhar pela Liderança da Minoria.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Estou recorrendo da decisão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Quem vai poder falar: O Bloco PMDB/PT/PP, já falou; o Bloco PSDB/Democratas, já falou; agora vem o Bloco PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN. Então, um pode falar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Como é, Deputado José Carlos?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Art. 192, Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, nobre Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, o art. 192, § 2º, fala o seguinte: *“Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, cada Líder poderá manifestar-se para orientar sua bancada, ou indicar Deputado para fazê-lo em nome da Liderança, pelo tempo não excedente a um minuto”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Exatamente. Foi o que nós fizemos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. há de convir... Não, V.Exa. nomeou um Líder para o Bloco, o Deputado Eduardo Cunha, a quem respeito muito, o Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Foi o primeiro que pediu, não nomeei ninguém, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não, Deputado. Eu também pedi, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Como?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, eu também pedi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Mas V.Exa. vai falar pelo seu Bloco.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Ah... Não, eu estou no Bloco do ... Se permanecer, eu estou no...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. é de que partido?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu sou do PR.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Ah, sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, eu sou Líder, Vice-Líder do mesmo jeito que o Deputado Eduardo Cunha. Então, V.Exa. nomeou o Deputado...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, não nomeei. Ele pediu...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - ... como Líder do Bloco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - ...ele pediu primeiro do que V.Exa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu também pedi. V.Exa. olhou mais para o lado de lá, Presidente. O problema é que V.Exa. olhou muito para a esquerda.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Deputado, se tivesse visto que V.Exa. pediu, teria cedido com o maior prazer. Prefiro ouvi-lo a falar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu sei disso, Deputado. V.Exa. inclusive colocou muito em nome do PMDB, não falou em nome do Bloco. V.Exa. falou em nome do PMDB, que é o partido de origem de V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, uma questão de ordem do art. 100.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado José Carlos... Só um minuto, por favor.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Art. 100.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Só 1 minuto.

Deputado José Carlos Araújo, V.Exas., desse Bloco aí, vão precisar entrar num entendimento para saber quem falará em nome do Bloco. Isso não compete à Mesa. Compete a V.Exas.

Como ninguém ainda disse “é este” que fala, para o primeiro que pediu, eu cedi, à Deputada Solange Amaral — o Deputado Macris reclamou; ao Deputado Eduardo Cunha — V.Exa. reclamou. Infelizmente, V.Exas. precisam decidir...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, uma sugestão a V.Exa.: o Líder tem que ter, pelo menos o Líder ou Vice-Líder de partido, direito. Senão, Excelência, o que vai acontecer é, quando começar, um vai gritar, outro vai levantar, não sabe nem o que vai falar. Tem que falar. Então V.Exa. há de convir que é 1 minuto para cada Líder de partido falar, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado, mas já foi decidido assim. Vamos fazer esse entendimento, porque é regimental. Aí vai ficar difícil de a gente conduzir os trabalhos.

Todo encaminhamento de requerimento, se cada um for indicar... Porque, na verdade, aqui, como é uma Comissão pequena, aqui cada um, praticamente, é Líder de si. Então, cada um vai falar por si. Aí todos vão falar. Essa é que é a verdade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não, Presidente, tem que ser Líder, tem que ser, pelo menos, Vice-Líder. Têm Deputados que não são Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O partido de V.Exa. tem quantos membros aqui?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu sou o representante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Só tem um...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas eu sou Vice-Líder do partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois é.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Muitos Deputados que estão aqui não são Vice-Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Mas, se ficar assim, todos vão falar, porque cada um termina sendo Líder de si.

Nobre Deputado Edson Santos, com a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O Regimento é claro: tem que ser Líder do partido.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, o que eu gostaria de indagar a V.Exa. é, realmente, uma questão de ordem que tem como referência o art. 100, § 2º, que diz o seguinte: *“Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e concisos, e apresentada em três vias, cuja destinação, para os projetos, é descrita no § 1º do art. 111”*.

Eu Indago a V.Exa.: em relação ao requerimento de autoria dos Srs. Deputados Otavio Leite e Gustavo Fruet, a partir de quando? Porque o Tribunal de Contas faz relatórios rotineiros dos diferentes órgãos da administração pública. Os relatórios e auditorias a que S.Exas. fazem menção é a partir de que período? Que tipo de relatório é esse?



Acho que esse requerimento, da forma como está redigido, dá-se de forma genérica e o entendimento por parte dos Srs. Deputados poderá ser o mais vasto possível.

Por isso, gostaria que V.Exa. nos indicasse a precisão desse requerimento: que tipo de relatório; qual auditoria; a partir de que período; para que, efetivamente, a Comissão Parlamentar de Inquérito possa officiar ao Tribunal de Contas uma requisição bastante precisa sobre o assunto e sobre as intenções dos Srs. Deputados.

Então, eu indago qual é o objeto que os Srs. Deputados Otavio Leite e Gustavo Fruet buscam nesses relatórios e que relatórios são esses?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Nobre Deputado Edson Santos, exatamente, esses argumentos que V.Exa. está usando aí foram os que usei para a não-inclusão desse requerimento em pauta.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Mas é regimental, Sr. Presidente. A questão é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não... Exato. Agora, nós estamos discutindo aqui a inclusão deste requerimento na pauta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem para repor o que me parece um entendimento de todos nós um pouco equivocado; eu acho que nós temos que trazer, até indo contra, ajudando o Deputado Macris, acho que ele formulou de forma equivocada, mas o conteúdo dele não está errado na maneira colocada.

As posições das Comissões são calculadas com base nos Blocos do início da Legislatura, que valem por toda a Legislatura.

Só que, se Blocos forem desfeitos durante a Legislatura, os Partidos ou os Blocos remanescentes passam a ter a sua identidade, a sua Liderança, o seu registro e o seu respeito à utilização, normalmente, como se partido fosse.

O que não vai alterar durante a Legislatura é o cálculo de participação em Comissões, são os cálculos todos em função dos Blocos do início da Legislatura.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Então, sendo assim, assiste razão ao Deputado Macris para que possa ter, no PSDB, identidade individual, assim como



no nosso Bloco, constituído inicialmente, o bloco remanescente é o PMDB/PSC/PTC, o PT está individualizado e o PR eu acho que também está individualizado em outro bloco, que não é o bloco pertencente ao PMDB ou pertencente ao PT. Então, eu entendo, pela leitura regimental, que assiste direito à orientação, e gostaria que V.Exa. apreciasse, porque senão isso... é o entendimento que tem sido utilizado pela Presidência da Câmara nas condições em Plenário.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Agradeço ao Deputado...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, para contraditar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Sr. Deputado, esse Bloco PSDB/DEM/PPS já foi desfeito?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Foi desfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Perdão, Deputado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Se V.Exa. tivesse dito isso do começo, no início, estaria tudo resolvido.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Pois é.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Talvez eu tenha me equivocado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - No início, tudo já estaria resolvido (*risos*).

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ...porque, como diz o Deputado Eduardo Cunha, esse bloco está desfeito.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O Presidente da Casa já tinha encaminhado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Por isso é que invoquei a isonomia com a decisão da Presidência da Casa, que tem adotado esse sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Desculpe, Deputado. Foi fruto do mal-entendido. Eu pensei que ainda estivessem unidos aí, no Bloco, PSDB, Democratas e PPS.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito bem.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Posso pedir a palavra para orientar a bancada?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Continua algum unido ou todos os 3 se separaram?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Cada Deputado tem o seu Líder. Cada bancada tem o seu Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Tudo bem. Então, vai ter direito também o do PPS de falar. Por um minuto, por favor,

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - E, Sr. Presidente, a Liderança da Minoria também, para orientar pela Liderança da Minoria, tal qual se usa no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Deputado Macris, por um minuto.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, quanto ao caráter guarda-chuva desse requerimento, V.Exa. não vai promover nenhum julgamento? Porque há uma preliminar sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, Deputado. Eu já promovi um julgamento...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Só um instantinho, Deputado Macris. Respondendo ao Deputado Edson Santos, eu já promovi um julgamento sobre esse requerimento. A prova é que eu não o incluí na pauta. Agora, o autor do requerimento tem todo o direito regimental de propor a inclusão extrapauta, com a assinatura de 1/3 dos membros da Comissão. Foi o que ele fez. É regimental. Então, está-se discutindo a inclusão ou não na pauta, que V.Exas. depois vão votar nominalmente e decidir no final, por maioria absoluta, se inclui ou não.

Com a palavra o Deputado Macris.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, ele vai responder minha questão de ordem, Presidente?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro, que o requerimento apresentado pelo Deputado Gustavo Fruet, por mim e pelo Deputado Otavio Leite, ele tem fato determinado. Nós estamos pedindo ao Tribunal de Contas auditoria, que tem por objeto qualquer aspecto que envolva



controle e segurança do espaço aéreo, do tráfego aéreo, controle e segurança do tráfego aéreo. Portanto, tem fato determinadíssimo esse requerimento apresentado por nós, pela bancada do PSDB. Segundo, Sr. Presidente, a importância dessas informações, para que possamos ter um juízo de valor a respeito da questão do tráfego aéreo, vem claramente no voto de um dos relatores de uma das auditorias, de um dos levantamentos feitos depois do acidente da GOL, que diz o seguinte: *“Este levantamento foi feito em auditoria pelo Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, INFRAERO e Agência Nacional de Aviação Civil”*. Esse é um dos casos. As demais auditorias que sejam correlatas à questão da segurança em sistema de tráfego aéreo precisam estar nas mãos da CPI para emitirmos juízo de valor, razão pela qual eu gostaria de encaminhar favoravelmente ao requerimento apresentado pela bancada do PSDB, iniciado pelo Deputado Gustavo Fruet.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Macris.

Com a palavra o Deputado José Carlos Araújo, para orientar a bancada do PR.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Muito obrigado, Presidente, e o farei com todo o prazer.

Sr. Presidente, na verdade, nós temos de encaminhar porque entendemos que esse requerimento não tem um fato determinado. Ele é muito amplo, ele vai a qualquer... qualquer fato. Então, o Tribunal de Contas primeiro vai ter de analisar, procurar todos os processos, quando já há nesta CPI um requerimento do próprio Relator, que pede ao Tribunal de Contas que envie para esta CPI os relatórios das auditorias feitas pelo Tribunal de Contas nessa área.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que está sendo mais um ato protelatório para que renda muito mais a tal CPI do que como ela realmente está sendo feita, e para que a gente possa ficar na mídia, e nós não queremos isso. Nós queremos realmente apurar os fatos, e apurar, como sugeriu o nobre Relator, começando pelo acidente da GOL. É isso que nós queremos, Sr. Presidente.

Encaminhamos contra esse requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não havendo mais quem queira encaminhar...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Pela Liderança da Minoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Ah, pela Minoria...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Muito obrigado.

Duas palavras apenas, Sr. Presidente: o objetivo desse requerimento... essa solicitação de inversão de pauta vem absolutamente com a intenção de se proceder a uma economia processual, uma economia processual. Indiscutivelmente, nós precisamos obter do Tribunal de Contas os apoios que constitucionalmente ele pode nos conferir. Sendo certo que o Tribunal, tem-se notícia, já realizou algumas auditorias, não será absolutamente difícil para o Tribunal, quando esse requerimento lá chegar, ele, no seu próprio *software*, incluir as palavras-chaves e obter a relação das auditorias já realizadas, que nós supomos tenha sido uma, ou duas. Está em curso inclusive uma auditoria. Então, esses documentos, que podem ser oferecidos à Comissão Parlamentar de Inquérito em meio eletrônico, apenas vão nos proporcionar uma economia processual. Nós precisamos ter em mente que o Tribunal de Contas é um braço do Poder Legislativo, e nós aqui estamos querendo rasgar a Constituição e ignorar a existência e os préstimos que o Tribunal pode conferir a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado, para concluir, por favor.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Então, para encaminhar, é só por uma questão de economia processual. Não há qualquer questão política, eleitoral ou coisa do gênero, nessa matéria. É questão de organização, otimização dos nossos trabalhos. Só isso, Sr. Presidente .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não havendo mais quem queira encaminhar o requerimento, vamos colocá-lo em votação nominal.

Pelo Bloco Parlamentar PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PCdoB.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, só uma questão de ordem: está sendo votado que requerimento? O Requerimento 2...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O requerimento de inclusão na pauta...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Do 02.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Do 02.

André Vargas. (*Pausa.*) “Não”.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Eu queria... evidentemente, vamos votar. Eu queria fazer uma observação, para efeitos futuros, das outras votações. É, Sr. Presidente, que essas auditorias estão no *site* do Tribunal de Contas. Não precisa nem pedir, elas estão acessíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Está certo. (*Risos.*)

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Eu não consegui ouvir o que o Deputado Gabeira colocou.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Sr. Presidente, vamos votar. Nós estamos em votação. Peço ao Presidente que continue. Por favor, respeitem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Beto Mansur. (*Pausa.*)

Deputado Carlos Zarattini. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Carlos Zarattini?

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Leonardo Quintão.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Marcelo Castro. “Não”. Se eu não incluir...



Deputado Marco Maia.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - “Não”, Sr. Presidente .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Paes Landim.

(Pausa.)

Deputado Pepe Vargas. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Wladimir Costa.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Negativo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vamos ao Bloco PSDB/Democratas/PPS.

Antonio Carlos Mendes Thame. *(Pausa.)*

Deputado Geraldo Thadeu. *(Pausa.)*

Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputada Solange Amaral.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vic Pires Franco. *(Pausa.)*

Deputado Vitor Penido. *(Pausa.)*

Bloco Parlamentar PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN:

Dr. Ubiali. *(Pausa.)*

Deputado Osmar Júnior.

O SR. DEPUTADO OSMAR JÚNIOR - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Wolney Queiroz.

(Pausa.)

PV:

Deputado Fernando Gabeira.



O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Voto “sim”, Sr. Presidente. Como eu disse, eu creio que esses documentos são acessíveis pela Internet. Então, quero até ajudar o Governo. Ora, não vamos impedir que se peça um documento que está acessível pela Internet! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - *(Risos.)* Deputada Luciana Genro. *(Pausa.)*

Voltando ao Bloco PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PCdoB.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Ah, perdão. Então, nesse Bloco do PMDB/PT/PP, o primeiro suplente inscrito é o Deputado Carlos Willian, para votar no lugar do Deputado Beto Mansur.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Outro que esteve ausente foi o Deputado Paes Landim. O segundo é o Deputado Filipe Pereira. Depois, Deputado Eduardo Valverde. Depois...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Rodrigo de Castro.

O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO - Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Bloco PSDB/Democratas/PPS.

Faltaram...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado, é porque... Peço desculpas a V.Exa. V.Exa. está relacionado aqui num bloco, assinou uma ficha errada aqui. Na verdade, é o Deputado Edson Santos que está na vez.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Bloco PSDB/Democratas/PPS: 3 ausentes.

Por ordem de chegada: Deputado Otavio Leite. *(Pausa.)*

Tem um Deputado que assinou aqui que ninguém sabe quem é.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - E está faltando outro suplente aqui, desse bloco. Tem alguém suplente, aí, do Bloco PSDB/Democratas/PPS? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Rodrigo de Castro, V.Exa. é desse bloco?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO - "Sim", Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Agora...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Geraldo Thadeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, já completou.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Mas eu assinei presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois é, mas V.Exa. não estava presente...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Eu fui ao banheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - E aí outro do bloco de V.Exa. votou no seu lugar.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Pelo PPS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, pelo Bloco PSDB/Democratas/PPS. A relação está pelo Bloco.

Agora vem o Bloco Parlamentar PSB/PDT/PCdoB/PMN//PAN:

Deputado Dr. Ubiali. *(Pausa.)* Não, perdão.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Sérgio Brito. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - O Bloco vota "não".



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Sérgio Brito.
(*Pausa.*)

Deputado Silvio Costa. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Miguel Martini, de que partido é V.Exa.?

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - É o maior partido em proposta ideológica, Sr. Presidente: PHS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Como vota V.Exa. ?

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Voto com o Governo. Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com o Governo? (*Risos.*)
V.Exa., votando com o Governo, vota “não” ou vota “sim”?

(*Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.*)

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O Governo não se manifestou aqui. Então, eu queria que o nobre Deputado esclarecesse...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, na pauta, “voto com o Governo”, foram as palavras.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Eu quis apenas fazer uma brincadeira, a partir do que o Deputado Fernando Gabeira disse. Tanto faz votar “sim” quanto votar “não”, está disponível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Está explicado, Deputado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - E Governo é muito mais do que o Executivo. O Governo são todos os órgãos que compõem a administração. Então, nesse sentido, eu voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, o requerimento teve 15 votos pela rejeição e 9 pela sua aprovação.

Então, REJEITADO o requerimento de inclusão de pauta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Pelo Governo, não é, Sr. Presidente?



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Só para tirar uma dúvida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa., como Presidente, salvo melhor juízo, deveria votar unicamente no caso de empate, não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O Presidente vota. Para mim, seria muito cômodo não votar. Mas o Regimento manda que o Presidente vote.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Porque o art. 41 realmente diz, no parágrafo único: "*O Presidente poderá funcionar como Relator ou Relator substituto e terá voto nas deliberações da Comissão*". A minha dúvida é se só quando o Presidente funcionar como Relator ou Relator substituto é que vota, ou ele vota sempre?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Ele vota sempre.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Vota sempre? OK, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Mas podemos fazer um acordo aqui para eu não votar. Para mim é melhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu apenas estou querendo aprender com V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Há uma discordância quanto a esta posição. O PMDB quer que V.Exa. vote. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Art. 96: nós temos aqui 3 requerimentos e outros, mas especialmente esses 3 que foram dado entrada ontem e que não receberam ainda numeração. A informação de que temos da assessoria é que o SISLEGIS é automático. Eu gostaria de um esclarecimento sobre como é que se está procedendo à numeração dos requerimentos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - É preciso saber a hora em que foram entregues esses requerimentos. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, quanto à hora, eu vou pegar. Agora, a informação da assessoria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Efraim, fique tranqüilo, porque estamos seguindo rigorosamente...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - É só para... Não, eu só queria um esclarecimento, Sr. Presidente, é simplesmente um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, tranqüilo.

Então, requerimento de autoria do Deputado Vic Pires Franco, Gustavo Fruet e outros:

“Sr. Presidente, nos termos regimentais — art. 52, §5º, do Regimento Interno — requeiro a V.Exa. inclusão na Ordem do Dia, para apreciação imediata, do Requerimento nº 84.”

O Requerimento nº 84, ementa, *“Solicita a convocação do Sr. Tenente Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos Bueno, ex-Comandante da Aeronáutica, para prestar depoimento nesta CPI”*.

Para encaminhar o requerimento, o nobre Deputado autor Vic Pires Franco.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, quantos minutos...?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Cinco minutos.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, é importante a convocação do ex-Comandante Luiz Carlos Bueno, porque na época do acidente ele era o Comandante da Aeronáutica. Por conta do acidente, logo depois aconteceram todas as crises na aviação: o apagão, os passageiros, os milhares de passageiros etc. — não é preciso a gente ficar repetindo aqui. Eu tenho certeza de que esse requerimento vai ser aprovado por unanimidade, inclusive com o voto do Deputado Eduardo Cunha e do PMDB, porque é importante realmente a presença dele aqui. Mas principalmente, Presidente, porque na época das investigações havia uma contradição muito grande entre o que o Comandante então da Aeronáutica dizia e o que o atual Ministro da Defesa dizia.



Um dizia uma coisa, o outro dizia outra. E entre também os próprios comandantes militares da Aeronáutica. Por isso é muito importante a vinda do Ministro aqui.

Por exemplo — vou dar um exemplo aqui, só para... O ex-Ministro Waldir Pires disse que não havia pontos cegos no País. Já o chefe do setor técnico do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, o DECEA, o Brigadeiro, afirmou que há 3 pontos cegos no País. Já o Comandante da Aeronáutica disse que não havia pontos cegos, e sim alguns pontos cegos no País. Então... E também tem uma outra coisa que é impor...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Não interessam pontos cegos? Interessam? “Alguns” pontos cegos? Basta que um avião passe num ponto cego que ele perde...

Mas não vamos discutir. Vou continuar aqui. “Alguns” pontos cegos... *(Risos.)*
O anúncio...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Eu sei. Não, eu estou aqui...

O anúncio do Comandante... Houve um anúncio do Comandante para instalar... do ex-Comandante para instalar alarmes sonoros nos *transponders*. Eu acho que ele teria muita contribuição a trazer para nós.

E, finalmente, o Comandante da Aeronáutica anunciou que uma das medidas mais importantes na época, Sr. Presidente, era matricular os controladores de vôo em cursos de inglês. Isso eu tenho aqui, saiu numa matéria no jornal *O Estado de S.Paulo*: “*Outra medida adotada pelo comando da Aeronáutica será matricular os controladores em curso de inglês*”. Aí eu peço ao meu companheiro aqui, o Deputado Efraim, e peço também o documento que chegou do atual Comandante da Aeronáutica, o Brigadeiro Juniti Saito. Eu vou ler aqui a transcrição para ver, Sr. Presidente, o quanto é importante, realmente, que os controladores entrem nesse curso de inglês, porque o que aconteceu com esse incidente, ou possível incidente do avião em que estava o Papa... vamos esquecer o Papa; o incidente do avião da Alitalia foi o seguinte: o piloto da Alitalia disse o seguinte: “*The message will last about 2 or 3 minutes. We maintain this frequency, or you are going...*”



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu peço silêncio, porque tem um orador falando, por favor.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - E é em inglês. Mais silêncio ainda, porque o meu inglês é o pior possível: *"The message will last about 2 or 3 minutes. We maintain this frequency, or you are going to give..."*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Já está traduzido?

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Presidente, peça um tradutor para nós, porque a maioria aqui não fala inglês.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Não, se está traduzido, melhor.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Traga um tradutor para cá. Vamos requerer um tradutor...

(Não identificado) - Apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o nobre Deputado Vic Pires.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Presidente, ele diz aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para concluir.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, para concluir? Eu tenho 5 minutos, mas ainda não tenho... ainda não cheguei.

Então, ele diz que são 2 ou 3 minutos. Aí o controlador diz o seguinte: *"Alitalia, 400 or maintain on this frequency and the actual position, alternative of length, high frequency, 66494934"*. Ou seja, ele não entendeu nada do que o piloto da Alitalia falou. *"And copy"*. O piloto da Alitalia: *"And what about the message?"*

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Presidente, nós já lemos isso aqui tudo, já, só que nós lemos em português. Nós temos aqui...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Mas eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Wladimir, por favor.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - *"And we copy. What about the message?"*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Mas a palavra é dele. Mas ele tem... ele tem o direito regimental dele. Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Presidente, eu tenho meu tempo. Mantenha e desconte...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - O piloto da Alitalia pergunta: *"And what about the message? Can you start to read the message, or are you going to record?"* Você pode ler ou vai recordar? Aí entra o salvador da Pátria, ou o salvador do Papa: *"Vôo da TAM, Recife. TAM 8880, prossiga."* O Piloto da TAM diz: *'É o seguinte: eu não sei se o senhor está entendendo ou não, mas o vôo Alitalia está lhe informando que ele possui uma mensagem do Papa para o Presidente, certo? Eu acredito que seja uma mensagem do Papa para o Presidente do Brasil. Ele está lhe solicitando se o senhor não gostaria de gravar essa mensagem.'* Ou seja, ajudando nosso controlador, que não fala inglês. *"E ele informa que essa mensagem irá durar 23 minutos. Ele também lhe interrogou se o senhor preferia uma outra frequência ou não."* Aí o controlador: *"TAM 8009, é Recife"*. Aí o TAM: *"Prossiga. Poderia repetir?"* *"Afirmativo"*. Aí ele não estava entendendo nada: *"Afirmativo. O comandante do Alitalia"* — o comandante da TAM — *"o comandante da Alitalia havia lhe informando que ele tinha uma mensagem, certo? A ser passada para o Presidente do Brasil, certo? Eu acredito que seja uma mensagem do Papa, que ele está transportando, para o povo brasileiro. E ele diz que essa mensagem duraria 20..."*

(Não identificado) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Eu só vou concluir. Eu só vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Conclua, por favor.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Apenas... Eu não estou aqui preocupado. O Papa já chegou ao Vaticano, e está descansando, graças a Deus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, é o tempo que... V.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - E eu já estou com quanto?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Ah, já passaram os 5 minutos.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Então, eu encerro apenas dizendo que é importante a presença do ex-Ministro aqui, e é importante que os controladores façam urgentemente um curso de inglês intensivo, para que entendam a mensagem do Papa.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Para encaminhar, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, para encaminhar pelo Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Srs. Deputados, infelizmente, aconteceu o que nós prevíamos e que tanto eu pedi que nós fôssemos mais céleres, mais diligentes, para não ficarmos com a pauta intacta como nós estamos.

Então, está aqui a luzinha acendendo. Foi começada a Ordem do Dia. Eu sou obrigado, regimentalmente, a encerrar a sessão, antes convocando a sessão para amanhã, às 9h da manhã, para ouvir o coronel Rufino, Presidente da Comissão de Investigação da Aeronáutica, que ficará aqui até às 12h30. Às 12h30, nós deveremos fazer um intervalo de meia hora, e à uma hora nós vamos ouvir o brigadeiro Kersul, que é o chefe do CENIPA.

Então, está encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos.